



FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
GRELHA DE CORREÇÃO DO EXAME DE DIREITO ROMANO – ÉPOCA DE RECURSO
TURMA A
17 de fevereiro de 2023

Grupo I

Responda, sucintamente, a **duas** das seguintes questões:

1- Em que consistia o *Ius Papirianum*?

- Caracterização jurídico-política do período do *Rex* e das *Gentes*: datação; identificação dos órgãos de poder e suas competências; descrição da composição social;
- O *Imperium domi* como poder do *Rex*: a administração da vida coletiva da cidade;
- As *Leges Regiae*: as decisões do *Rex*; a formalização das regras consuetudinárias; as dúvidas doutrinárias quanto a um poder normativo próprio do *Rex*;
- O *Ius Papirianum* como a coletânea, convencionalmente identificada pela doutrina, das *Leges Regiae*: o conjunto de decisões – impropriamente “leis” – tomadas desde Rómulo até Tarquínio o Soberbo, que segundo a tradição foram recolhidas pelo pontífice Sexto Papírio.

2- Como se caracterizava a magistratura do Consulado?

- Caracterização jurídico-política do período da *Res Publica*;
- Caracterização da magistratura do consulado: criação; designação desta magistratura como maior e ordinária *cum imperium (Militae e Domi)* e *cum potestas; ius agendi cum populo* e *ius agendi cum patribus*;
- Os princípios de anualidade, dualidade e colegialidade;
- O poder de *Coercitio*: acusar, julgar e executar sentenças, sem formalidades e vínculos, fora da cidade; o poder de *Iudicatio*: acusar, julgar e executar sentenças, com regras, dentro da cidade;

- Capacidade de exercer todos os poderes residuais que não fossem expressamente atribuídos aos outros magistrados.

3- Em que consistia a *Auctoritas Patrum*?

- Identificar e caracterizar o Senado: composição e funções;
- Definição e caracterização da *autoritas patrum* qual poder do Senado;
- A *Lex Publilia Philonis* de 339 a.C.: o papel do Senado no processo legislativo;
- As razões que levaram a formulação da *Lex Publilia Philonis*: a degradação da qualidade dos *comitia*.

4- Qual o relevo do *Edictum Perpetuum* de Adriano?

- Caracterizar a experiência política do Principado;
- O *Princeps* e a decadência dos órgãos constitucionais, no processo de burocratização do aparelho de poder: o *Princeps* e as magistraturas republicanas;
- A concentração de poderes como forma de destruição do conteúdo jurídico-político das magistraturas;
- A relevância do *Edictum Perpetuum* no quadro da acção jurídica de Adriano;
- O processo de elaboração do *Edictum Perpetuum*; consequências: limitação da *iurisdictio* do pretor e a consolidação do poder do *princeps*.

Grupo II

Responda a **duas** das seguintes questões:

1- Caracterize e distinga *Lex Rogata* e Constituições imperiais no contexto das fontes políticas do Direito Romano.

- Definir e caracterizar a *Lex Rogata* no período da República: o procedimento de aprovação da *lex* como compromisso entre *auctoritas* e *imperium*, sintetizado na participação comum, mas em momentos distintos, de *Magistratus*, *Populus* e *Senatus*;
- Caracterização do processo legislativo em Roma antes e depois da *Lex Publilia Philonis* de 339 a.C.: descrição das diferentes etapas do procedimento;
- O processo legislativo no período do Principado: a degradação dos *comitia*;
- O poder legislativo do Príncipe/Imperador: as constituições como expressão da vontade direta e unilateral do Príncipe;
- As constituições imperiais como *leges* e a sua controversa classificação como *ius novum*;
- A tipologia das constituições: *edictum*; *decretum*; *rescriptum*; *mandatum*.

2- Caracterize o processo de laicização da jurisprudência.

- A *Iurisprudentia* como fonte principal do Direito Romano;
- Destacar os momentos essenciais da laicização da *iurisprudentia*: a *Lex XII Tabularum*; o *Ius civile Flavianum*; o ensino público do direito; a literatura jurisprudencial;
- A *iurisprudentia* laica: o declínio dos pontífices; o processo de laicização; o direito como criação humana;
- Identificação e caracterização da Lei das XII Tábuas;
- O *Ius Flavianum* como principal momento desse processo: explicação da compilação de formulários atribuída a Ápio Cláudio e da sua publicação por Gneu Flávio;
- O Ensino público do direito: a prática de responder em público iniciada por Tiberio Coruncanio em 252 a.C.;

- A produção de literatura jurídica como atividade de redação do Direito; identificar as diferentes tipologias de obras dos juristas: *Institutiones* ou *Enchiridia*; *Epistolae*; *Digesta*; Tratados.

3- Distinga as funções principais e as funções complementares dos juristas.

- Conceito de *Iurisprudentia*;
- Identificar as características fundamentais da atividade jurisdicional: a gratuidade e a publicidade;
- Caracterização das funções de *Cavere*, *Agere* e *Respondere*;
- O *Cavere* como forma de “jurisprudência cautelar” destinada a prevenir conflitos e garantir a correção formal dos atos praticados;
- O *Agere* enquanto atividade destinada ao aconselhamento das pessoas no âmbito processual;
- O *Respondere* como atividade mais relevante dos juristas perante as consultas de natureza jurídica feitas por particulares, magistrados ou juizes;
- Identificação e caracterização das funções complementares dos juristas: a docência; a produção de literatura jurídica; a atividade polemica.

4- Integre fundamentamente os conceitos de *Imperium*, *Potestas*, *Iurisdictio* e *Auctoritas* no contexto político-institucional da Roma republicana.

- Caracterização político-institucional do período da Transição da monarquia para a república e do período da *Res Publica*;
- O surgimento das magistraturas: o *Cursus Honorum*, regras de acesso aos cargos honorários; as magistraturas ordinárias maiores e menores;
- Caracterização do *Imperium* como atribuição do poder político das magistraturas maiores;
- Caracterização da *Potestas* como o poder de representar o povo romano, comum a todas as magistraturas;
- Caracterização da *Auctoritas* do Senado;
- A *Iurisprudentia* como atividade livre e independente;

- A *Auctoritas* dos jurisperitos: o saber socialmente reconhecido; o *Ius* como criação jurisprudencial
- Caracterização da *Iurisdictio* como poder específico de administrar a justiça, a *iurisdictio* do Pretor;

Grupo III

Interprete e comente **um** dos seguintes textos:

1- “O Pretor, depois da *Lex Aebutia de formulis*, pode criar *actiones* próprias, com uma estrutura bastante complexa. Logo, se cria *actiones*, cria *ius*. Assim às *actiones civiles* ou *in ius conceptae* juntam-se as *actiones praetoriae*”.

Eduardo Vera-Cruz Pinto, *Introdução ao estudo do Direito Romano. As questões fundamentais*. 2021, AAFDL.

- Enquadramento da magistratura do Pretor (Urbano e Peregrino): criação, características e funções;
- Caracterização do *Ius Praetorium* segundo a definição de Papiniano (D. I. I. 7. I);
- A introdução do *Agere per formulas* no exercício da função jurisdicional do pretor urbano: a *Lex Aebutia de formulis* de 130 a.C.;
- A atuação processual do Pretor nas *Legis actiones* e no *Agere per formulas*;
- Expedientes do Pretor baseados no *imperium* e na *iurisdictio*;
- Caracterização do processo do *Agere per legem*;
- As 5 *actiones* citadas por Gaio (Gaio, I., IV. 12); *actio per sacramento*, *actio per iudicis postulationem*, *actio per conditionem*, *actio per manus iniunctionem*, *actio per pignoris capionem*;
- Caracterização do processo do *Agere per formulas*: a fórmula; as fases processuais *in iure* e *apud iudicem*.

2- “É possível questionar a razão pela qual o cônsul romano, titular de um poder quase régio, concedido diretamente pelo povo, devia continuamente pedir recomendações a esta assembleia de aristocratas (Senado) e cumpri-las servilmente. De facto, a anualidade da magistratura e o princípio pelo qual o magistrado era responsável pelo próprio desempenho (do qual podia ser chamado a responder no fim do mandato)

encorajavam fortemente a praxe da consultação e, especialmente, a observância cuidadosa do consultum”.

F. Amarelli – L. Di Giovanni – P. Garbarino – V. Marotta – A. Schiavone – U. Vincenti, *Storia del Diritto Romano e linee di diritto privato*, 2.^a Ed., Giappichelli Editore, Torino, 2011, p.

- Caracterização político-institucional do período da *Res Publica*;
- Identificar e caracterizar as magistraturas;
- Identificar e caracterizar o Senado: composição e funções;
- A relação entre o Senado e as magistraturas;
- Referir a evolução do *senatusconsultum*: o *senatusconsultum* como ato de responsabilidade do senado;
- Estrutura formal do *senatusconsultum*;
- Evolução do valor do *senatusconsultum* enquanto fonte do Direito Romano.

Cotação I: grupo- 4 valores, grupo II-8 valores, grupo III-8 valores

Duração: 90 minutos